

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTURIS”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia aprovou em 23 de março de 2021 as presentes demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas para publicação aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de março de 2021.

#### **1.1. Empresa Estatal dependente**

A Companhia vem sendo incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo.

Assim, a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2021 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020 (LOA).

#### **1.2. Reorganização da administração pública municipal**

Em 30/07/2020 foi publicada a Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, decorrente do Projeto de Lei nº 749/2019, apresentado pelo Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal indireta, a criação e extinção de entidades e a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo.

Esta lei também dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação societária prevista na Lei nº 16.766, de 20 de dezembro de 2017, transferindo à Prefeitura do Município de São Paulo a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, e dos passivos.

Esclarecemos que a SPTURIS não possui qualquer gerência ou poder de condução no processo legislativo municipal.

A previsão relativa à SPTURIS está especificamente contida nos artigos 60 a 62 da Lei Municipal nº 17.433/20, não tendo caráter auto executório, tampouco obrigatório. Vale dizer, não implica qualquer conduta direcionada à dissolução, liquidação e extinção da STURIS, sem que haja o prévio procedimento necessário para tanto, bem como eventual decisão formal pelos acionistas da SPTURIS e de seus órgãos diretivos.

A única indicação acerca de possíveis mudanças na Companhia diz respeito à autorização para a concessão onerosa de uso do Parque Anhembi. Não há qualquer indicação por parte dos acionistas de autorização para início de eventual procedimento para dissolução, liquidação ou extinção desta Companhia.

### **1.3. Efeitos do COVID-19 “Coronavírus” nas Demonstrações Financeiras**

A Companhia vem atualizando seus acionistas e o mercado em geral sobre as medidas implementadas pela Administração no gerenciamento da pandemia do COVID-19.

Vem também gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à cidade e aos seus colaboradores, e ao mesmo tempo atender às diversas determinações dos governos federal, estadual e municipal onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia.

Com relação à saúde financeira da Companhia, os impactos decorrentes da atual crise sanitária que acomete o país causam interferência direta na economia, e, no caso específico, no setor de eventos e turismo, tal como em outros setores econômicos, levando ao cancelamento e adiamento de eventos realizados no Complexo Anhembi (contratos privados) e daqueles promovidos pela Prefeitura do Município de São Paulo (eventos públicos).

No mais, as seguintes medidas administrativas mais relevantes foram tomadas:

- Adoção de regime excepcional de teletrabalho (home office) para alguns dos colaboradores, priorizando-se aqueles que se encaixam no grupo de risco, gestantes e lactantes;
- Antecipação compulsória do período de férias de alguns dos colaboradores;
- Flexibilização da jornada de trabalho dos colaboradores que utilizam transporte público, evitando-se os horários de pico;
- Reuniões por vídeo ou teleconferência;
- Com a finalidade de reestruturar e melhorar a fluidez dos processos da empresa, está sendo implantado o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, de forma gradativa e nos termos do ATO DPR 18/2020, publicado em 3 de julho de 2020, no Diário Oficial da Cidade. O sistema foi criado para gerir processos e documentos eletrônicos da administração pública – em todas as suas esferas – de forma ágil e transparente, economizando tempo e recursos. Uma das principais funcionalidades do programa é a possibilidade de produzir, editar, assinar e tramitar documentos em uma única ferramenta, trabalhando simultaneamente com todos os departamentos da

Companhia. A implantação do SEI tem por objetivo a substituição total dos processos físicos.

- A Companhia faturou contra a Prefeitura do Município de São Paulo os gastos com o Hospital de Campanha e ações realizadas com o objetivo de conscientização frente a pandemia. São referentes à segurança, manutenção e operação do hospital, e ainda contas de consumo. O valor totalizou R\$26.364 até 31 de dezembro de 2020.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, estão sendo ajustadas levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindas dos impactos do Covid-19, seguindo as orientações dos Ofícios Circulares nº 02/20 e nº 03/20 emitidos pela CVM.

## **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2019.

a) Moeda funcional – As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma;

b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”);

c) Estimativas contábeis – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

d) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante o exercício de 2020 e exercício de 2019 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

d) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

e) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

f) Almoxarifado – Os itens mantidos no estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;

g) Imobilizado – O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos,

(reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 9;

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “*impairment*”

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R4);

j) Adiantamentos de Clientes – A Companhia recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

m) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do período. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC

nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

n) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

o) Reconhecimento da receita – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

p) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 31 de dezembro de 2020, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

#### 4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Bens numerário	30	46
Conta movimento	35	1.438
Aplicações financeiras	50.823	25.746
	<b>50.888</b>	<b>27.230</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média de 98%, contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, sem risco de mudança de valor. As aplicações são



classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	31/12/2020	31/12/2019
Clientes no País	3.321	5.147
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo)	17.128	7.898
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.626)	(4.703)
	<b>16.823</b>	<b>8.342</b>

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulantes está demonstrada como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer:	14.915	6.165
Vencidos até 30 dias:	148	927
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	-	148
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	75	1.490
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	963	580
Vencidos há mais de 180 dias:	4.348	3.735
<b>Total:</b>	<b>20.449</b>	<b>13.045</b>

### Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Saldo no início do período</b>	<b>4.703</b>	<b>1.746</b>
Aumento da provisão	67	3.248
Reversão de provisão	(1.144)	(291)
<b>Saldos no final do período</b>	<b>3.626</b>	<b>4.703</b>

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ a compensar (a)	4.316	1.797
CSLL a compensar	9	9
INSS a compensar (b)	8.761	2.827
	<b>13.086</b>	<b>4.633</b>

(a) IRPJ a Compensar é constituído pela retenção de IRRF sob as notas fiscais e ao saldo negativo apurado no exercício de 2019 que será realizado no próximo ano.

(b) O INSS a Compensar diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados. A realização do mesmo acontecerá no próximo ano.

## 8. OUTROS VALORES A RECEBER

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos de férias e outros adiantamentos a empregados	157	208
Despesas diferidas	759	792
	<b>916</b>	<b>1.000</b>

## 9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019
Terrenos	-	121.122	-	-	121.122	121.122
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	136.742	(51.147)	-	85.595	82.639
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(2.532)	-	1.756	1.935
Estacionamento	3,45%	11.413	(5.548)	-	5.865	6.284
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.749)	-	1.261	1.384
Instalações	10%	16.090	(12.674)	(205)	3.211	4.474
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.706	(6.492)	(40)	174	259
Veículos	20%	1.205	(1.205)	-	-	-
Móveis e utensílios	10%	5.300	(5.102)	(16)	182	297
Outros ativos fixos	20% e 10%	458	(426)	(1)	31	30
<b>Total imobilizado</b>		<b>306.334</b>	<b>(86.875)</b>	<b>(262)</b>	<b>219.197</b>	<b>218.424</b>

	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada		Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019
Programas e sistemas	20%	2.265	(1.743)	-	522	943
Marcas e patentes	10%	102	(99)	-	3	7
<b>Total intangível</b>		<b>2.367</b>	<b>(1.842)</b>	<b>-</b>	<b>525</b>	<b>950</b>
<b>Total imobilizado e intangível</b>		<b>308.701</b>	<b>(88.717)</b>	<b>(262)</b>	<b>219.722</b>	<b>219.374</b>

A movimentação do imobilizado e intangível está demonstrada a seguir:

Contas	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Perdas por desvalorização	31/12/2020
Terrenos	121.122	-	-	-	-	121.122
Edifícios e Benfeitorias	82.639	7.376	(4)	(4.416)	-	85.595
Túnel de Serviços	1.935	-	-	(179)	-	1.756
Estacionamento	6.284	-	-	(419)	-	5.865
Ruas Praças e Jardins	1.384	-	-	(123)	-	1.261
Instalações	4.474	-	-	(1.058)	(205)	3.211
Máquinas e equipamentos	259	66	-	(111)	(40)	174



Moveis e Utensílios	297	-	-	(99)	(16)	182
Outros ativos fixos	30	7	-	(5)	(1)	31
<b>Total Imobilizado</b>	<b>218.424</b>	<b>7.449</b>	<b>(4)</b>	<b>(6.410)</b>	<b>(262)</b>	<b>219.197</b>
Programas e Sistemas	943	-	-	(421)	-	522
Marcas e Patentes	7	-	-	(4)	-	3
<b>Total Intangível</b>	<b>950</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(425)</b>	<b>-</b>	<b>525</b>
<b>Imobilizado e Intangível</b>	<b>219.374</b>	<b>7.449</b>	<b>(4)</b>	<b>(6.835)</b>	<b>(262)</b>	<b>219.722</b>

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. Em 31 de dezembro de 2020, houve perda relacionada à redução ao valor recuperável no montante de R\$ 262 para instalações, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios. Com base em laudo preparado por especialista independente, os referidos itens foram considerados no estado atual e cotados junto a fornecedores, levando em consideração a política de investimento para definição do valor atual dos bens. As perdas foram registras em custos, no montante de R\$ 32, e em despesas administrativas, no montante de R\$ 230.

## 10. FORNECEDORES

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
A vencer	7.926	8.412
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias:	(a) 806	700
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a) 761	44
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a) 2	-
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a) 209	273
Vencidos há mais de 180 dias	(b) 2.950	2.660
<b>Total</b>	<b>12.654</b>	<b>12.089</b>

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o Fisco. Outros fornecedores em atraso decorrem de questões referentes a prestação dos serviços e são direcionados a processos administrativos ou à via judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que estão sendo discutidas judicialmente.

## 11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Rescisões	2	-
INSS empresa	1.765	1.660
INSS retido	172	180
Férias e encargos	4.182	4.259
IRRF	535	560
	<b>6.656</b>	<b>6.659</b>

## 12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS / RECEITA DIFERIDA ISS/IPTU

		31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>			
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	(b)	46.352	14
Parcelamento IPTU/ISS	(a)	4.692	4.558
Impostos a recolher:			
COFINS a recolher		954	1.359
PIS a recolher		204	294
Impostos retidos		821	505
		<b>53.023</b>	<b>6.730</b>
<b>Não circulante</b>			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	62.955	65.711
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		5.215	5.523
		<b>68.170</b>	<b>71.234</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>		<b>121.193</b>	<b>77.964</b>

- (a) Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997.

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

- (b) A Companhia recebeu notificações adicionais de cobrança de IPTU referentes aos anos de 2014 a 2019, em razão de vistoria efetuada no imóvel da sede em junho de 2019 no montante de R\$ 32.574 mil. Em 11/02/2020 impugnamos administrativamente os lançamentos para a quadra 283, processo SEI Nº 6017.2020/0007572-6, e quadra 284, processo SEI nº 6017.2020/0007548-3. Em 15/06/2020 a decisão foi desfavorável sob o argumento da legitimidade do lançamento do crédito tributário mediante a fiscalização *in loco*, quando foram constatadas divergências na situação fática e plantas apresentadas, comparadas aos dados constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal. Em 23/10/2020 foi publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a manutenção das decisões para os recursos apresentados nos processos SEI 6017.2020/0033963-4 e 6017.2020/0033971-5.

### 13. EVENTOS A REALIZAR

	31/12/2020	31/12/2019
Carnaval 2020/2021	407	3.819
Eventos diversos	17.705	14.608
Réveillon na Paulista	2.949	2.243
	<b>21.061</b>	<b>20.670</b>

A movimentação de eventos a realizar está demonstrada a seguir:

Contrato	Saldo em 31/12/2019	Recursos recebidos	Eventos realizados /recursos repassados	Saldo em 31/12/2020
Carnaval 2020/2021	3.819	25.418	(28.830)	407
SMTUR 015/2020 Eventos diversos	-	33.983	(33.983)	-
Réveillon na Paulista	2.243	5.837	(5.131)	2.949
SMTUR 025/2019 Eventos diversos	14.608	20.364	(34.972)	-
SMTUR 017/2019 Eventos diversos	-	4.316	(4.316)	-
SMTUR 021/2020 Eventos diversos	-	17.705	-	17.705
	<b>20.670</b>	<b>107.623</b>	<b>(107.232)</b>	<b>21.061</b>

### 14. EMPRESAS MUNICIPAIS – ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à Companhia um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

A Receita Federal tem por prática, com relação aos débitos parcelados, dar a quitação a partir dos mais antigos. Desta forma, foi apurado que esta Companhia teve seus débitos quitados antes de algumas empresas. Por sua vez, algumas destas empresas aderiram a parcelamentos diretamente com a Receita Federal que ofereciam condições mais vantajosas. Na reformulação do parcelamento da PMSP, as demais empresas efetuaram acordos para o restabelecimento do equilíbrio em razão deste procedimento da Receita Federal. A posição devedora da Companhia é com a São Paulo Transportes S/A., sendo:

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante	341	327
Passivo não circulante	1.136	1.419
<b>Total</b>	<b>1.477</b>	<b>1.746</b>

## 15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	2.874	3.957
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	3.063	2.662
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	246	116
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	1.055	1.565
	<b>7.238</b>	<b>8.300</b>
Adiantamentos de clientes	261	331
	<b>7.499</b>	<b>8.631</b>
<b>Não circulante</b>		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	36	51
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	710	7
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	68	-
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	158	208
	<b>972</b>	<b>266</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>8.471</b>	<b>8.897</b>

A movimentação de adiantamentos para cessões de áreas a realizar está demonstrada a seguir:

	Pavilhão	Palácio	Elis	Polo	Total
<b>Circulante</b>					
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>3.957</b>	<b>2.662</b>	<b>116</b>	<b>1.565</b>	<b>8.300</b>
Contratos firmados	1.823	2.944	364	452	5.583
Renegociação	(2.005)	-	-	-	(2.005)
Descontos	(330)	(331)	(38)	(67)	(766)
Transferências para o longo prazo	15	(703)	(68)	50	(706)
Transferências para receitas	(586)	(1.509)	(128)	(945)	(3.168)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>2.874</b>	<b>3.063</b>	<b>246</b>	<b>1.055</b>	<b>7.238</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>51</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>208</b>	<b>266</b>
Transferências para o curto prazo	(15)	703	68	(50)	706
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>36</b>	<b>710</b>	<b>68</b>	<b>158</b>	<b>972</b>

## Pandemia do Corona Vírus - COVID 19

A política da Companhia é, dentro das possibilidades, que sejam realizados os máximos esforços para que eventos não sejam cancelados, e sim, adiados. Dessa forma evitamos a devolução dos adiantamentos, ao transformar os cancelamentos e adiamentos em cartas de crédito; a menos que os eventos tenham cunho assistencial

e realizados por órgão assistencial, em combate à fome, ou com arrecadação com este objetivo.

## 16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

### (a) Provisões constituídas:

	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	55.147	52.788
Trabalhistas	2.771	2.812
Provisão para dissídios e encargos	27.281	18.140
<b>Total</b>	<b>85.199</b>	<b>73.740</b>

Cíveis – A ação mais relevante, no montante provisionado de R\$ 50.204, trata-se de ação de cobrança movida contra a SPTURIS, por via da qual são cobrados os valores dos contratos de prestação de serviços de transporte (a SPTRANS transportava os integrantes das escolas de samba das suas sedes até o local do desfile) dos Carnavais de 1984, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1993 e 1997.

O pedido foi julgado procedente em 1ª instância, sendo a decisão ratificada pelo TJ/SP.

No STJ, nosso Recurso Especial foi julgado prejudicado, pois a Ministra Relatora deu provimento ao recurso da Municipalidade de SP para permitir seu ingresso no feito e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de serem reanalisados os honorários sucumbenciais.

Concomitantemente, a SPTrans ingressou com incidente de cumprimento provisório de sentença com relação ao crédito principal. O incidente se encontra, no momento, suspenso por convenção das partes.

Desde setembro do ano de 2019, a Diretoria Executiva da SPTURIS tem diligenciado junto às Secretarias Municipais pertinentes e à SPTRANS no sentido de que seja celebrada uma composição para quitação do saldo devedor.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – Referem-se aos dissídios de acordos coletivos de trabalho, para aumento nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial.

ACT	Percentual	Valor
2016/2017	8,00%	16.647
2017/2018	2,00%	3.375
2018/2019	4,00%	4.683
2019/2020	3,05%	1.990
2020/2021	5,42%	586
		<u>27.281</u>

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Dissídios
<b>Saldo no início do período 31/12/2019</b>	<b>52.788</b>	<b>2.812</b>	<b>18.140</b>
Atualização dissídio e encargos	-	-	9.141
Novos processos	156	186	-
Processos baixados	(4.233)	(376)	-
Alterações nos processos existentes	6.436	149	-
<b>Saldos no final do período 31/12/2020</b>	<b>55.147</b>	<b>2.771</b>	<b>27.281</b>

#### (b) Passivos contingentes não provisionados

Tipo de Ação	31/12/2020	31/12/2019
Ações Cíveis	1.434	1.453
Trabalhistas	1.298	1.752
	<u>2.732</u>	<u>3.205</u>

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco de perda possível no médio prazo, considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

No atinente às ações cíveis, a maior parte das ações está relacionada a quatro processos judiciais. Já no tocante às ações trabalhistas, o saldo contingenciado é objeto de diversos processos judiciais.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 31/12/2020, o montante de R\$1.247 (R\$ 1.409 em 31 de dezembro de 2019).

## 17. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a Companhia executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, havendo saldo disponível de R\$ 12.026 de recursos para aplicação em 31/12/2020, e investimentos realizados de R\$ 15.580 em imobilizado. Este valor aplicado em obras, líquido da depreciação, resulta em R\$ 13.030, e está refletido em

receita diferida no passivo, que será realizado de forma cotejada com a realização do respectivo ativo imobilizado.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Ações Preferenciais Classe A</b>	<b>Ações Preferenciais Classe B</b>	<b>Total</b>	<b>Capital social 31/12/2020</b>
Ações da PMSP de 01/01/2020 a 28/04/2020	7.219.544	-	24.335	7.243.879	208.696
Aumento da participação da PMSP em 29/04/2020	1.017.739	-	3.430	1.021.169	29.420
Ações em tesouraria de 01/01/2020 a 31/12/2020	379	478	259	1.116	32
Ações de minoritários em 31/12/2020	170.215	44.544	62.971	277.730	8.001
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>8.407.877</b>	<b>45.022</b>	<b>90.995</b>	<b>8.543.894</b>	<b>246.149</b>

A Companhia contava com 3.631 acionistas em 31/12/2020. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais classe A e AHEB6 para ações preferenciais classe B.

### b) Reserva de reavaliação

<b>Movimentação da reserva de reavaliação e tributos</b>	<b>Reserva</b>	<b>Tributos</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>122.879</b>	<b>(5.524)</b>	<b>117.355</b>
Realização da reserva de reavaliação	(1.284)	-	(1.284)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	308	308
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>121.595</b>	<b>(5.216)</b>	<b>116.379</b>

## 19. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A DRE publicada atende às disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 47, aprovado pela Resolução CFC – NBC TG 47, aprovado pela Deliberação CVM - 762/16, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigo 208 do Regulamento do Imposto de Renda - Decreto 9.580/18) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:



	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receita bruta</b>		
Eventos	171.695	91.161
Pavilhão	616	11.535
Palácio	1.868	9.481
Polo Cultural	1.476	5.789
Outras Locações	2.158	4.360
Estacionamento	842	4.775
Telecom	328	2.200
Autódromo de Interlagos	265	321
Subvenções	46.906	-
	<b>226.154</b>	<b>129.622</b>
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(12.268)	(12.810)
Outras deduções da receita	(317)	(1.974)
<b>Receita líquida</b>	<b>213.569</b>	<b>114.838</b>

## 20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

### 20.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços Prestados	95.893	57.069
Equipamentos	732	1.155
Utilidades e Serviços	41.213	12.204
Mão de Obra Direta	13.760	13.159
Depreciação	4.772	4.747
Perdas por Desvalorização	32	-
	<b>156.402</b>	<b>88.334</b>

### 20.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações, encargos sociais e benefícios	46.380	46.794
Utilidades e serviços	382	350
Honorários	822	846
Manutenções e locações	1.812	1.836
Despesas gerais	10.927	10.018
Propaganda e publicidade	152	163
Tributos, taxas e contribuições	1.069	737
Depreciações e amortizações	733	4.971
Perdas por desvalorização	230	-
Provisões e reversões de provisões	10.382	3.371
	<b>72.889</b>	<b>69.086</b>

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

## 21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2020	31/12/2019
Realização de receitas diferidas de benefícios de adesão a parcelamentos tributários	1.256	1.256
Atualização de passivos tributários	(2.969)	(4.114)
Receitas de aplicações financeiras	391	488
Multas	(2.095)	701
Outras despesas e receitas financeiras	(1.309)	(862)
	<b>(4.726)</b>	<b>(2.531)</b>

## 22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

- setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo, e;
- setor privado, onde é explorada a cessão de áreas internas para realização de eventos de qualquer espécie.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31/12/2020 e 31/12/2019.

### Saldos em 31/12/2020

	Público	Privado	Total
Receita líquida	160.821	5.842	166.663
Custos variáveis e fixos	(104.840)	(51.562)	(156.402)
Lucro bruto (antes das subvenções)	<b>55.981</b>	<b>(45.720)</b>	<b>10.261</b>
Subvenções municipais			46.906
Lucro bruto (após subvenções)			<b>57.167</b>
Despesas administrativas			(72.889)
Outras receitas operacionais			3.634
Resultado financeiro			(11.841)
Prejuízo líquido			<b>(23.929)</b>

### Saldos em 31/12/2019

Público	Privado	Total
---------	---------	-------

Receita líquida	83.610	31.228	114.838
Custos variáveis e fixos	(65.635)	(22.699)	(88.334)
Lucro bruto	<b>17.975</b>	<b>8.529</b>	<b>26.504</b>
Despesas administrativas			(69.086)
Outras receitas operacionais			2.553
Resultado financeiro			(2.531)
Prejuízo líquido			<b>(42.560)</b>

## 23. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação foi baseado no lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro (prejuízo) no exercício atribuível às ações ordinárias em circulação	(477)	(962)
<b>Denominador (em milhares de ações) básico</b>		
Média ponderada do número de ações em circulação	170.112	170.010
<b>Lucro (prejuízo) líquido por ação básico no exercício</b>	(2,80)	(5,66)

## 24. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	Importância segurada	
		31/12/2020	31/12/2019
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	116.414	116.414
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de Mercado	Valores de mercado

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos</b>			
Bens numerário e conta movimento	65	-	65
Aplicações financeiras	-	50.823	50.823
Contas a receber e clientes	16.823	-	16.823
Impostos a recuperar	13.086	-	13.086
Outras contas a receber	916	-	916
	<b>30.890</b>	<b>50.823</b>	<b>81.713</b>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	12.654	-	12.654
Obrigações trabalhistas	6.656	-	6.656
Obrigações tributárias	92.814	-	92.814
Empresas municipais	1.477	-	1.477
	<b>113.601</b>	<b>-</b>	<b>113.601</b>

#### b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

## 26. PARTES RELACIONADAS

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias e empresas da administração indireta), representou, em 31/12/2020, 96% da receita total do ano, comparados a 70% no mesmo período em 2019.

As receitas com eventos se concentraram no período anterior à pandemia. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, sem cobrança de ingressos, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média de 15%, e impostos. No caso de atividades relacionadas à pandemia, a taxa de administração foi em média 5%. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

Com relação às locações das áreas do complexo para partes relacionadas, a receita montou R\$ 703 em 2020 e R\$ 2.429 em 2019. São praticados descontos que variam de 25% a 50%, enquanto para o setor privado é praticado de 10 a 25%.

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos</b>		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	17.128	7.898
	<b>17.128</b>	<b>7.898</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Curto prazo</b>		
PMSP Eventos a realizar	21.061	20.670
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	4.692	4.558
SPTRANS	341	327
	<b>26.094</b>	<b>25.555</b>
<b>Longo prazo</b>		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	62.955	65.711
SPTRANS	1.136	1.419
	<b>64.091</b>	<b>67.130</b>

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de eventos	171.695	91.161
Deduções da receita	(10.874)	(7.551)
Receita líquida	160.821	83.610
Custos variáveis e fixos	(104.840)	(65.635)
Lucro bruto (antes das subvenções)	55.981	17.975
Subvenções municipais	46.906	-
Lucro bruto (após subvenções)	<b>102.887</b>	<b>17.975</b>

**Receitas com prestações serviços por Contrato – Secretarias**

Nº CONTRATO – SECRETARIA	31/12/2020	31/12/2019
012/2019 - SMTUR PLATUM	30	-
015/2020 – SMTUR EVENTOS DIVERSOS	41.910	-
017/2019 - SMTUR EV DIVERSOS - 2019/2020	3.523	-
017/2020 – SMTUR EV DIVERSOS	29.652	-
019/2020 – SMTUR CARN 2021 APOIO	682	-
021/2019 - SMTUR CARNAVAL REPASSE	194	81
021/2020 – SMTUR EVENTOS DIVERSOS	8.306	648
022/2019 - SMTUR CARNAVAL REPASSE	931	-
022/2020 – SMTUR NATAL ILUMINADO	1.276	-
024/2019 - SMTUR AUTODROMO	862	776
025/2019 - SMTUR EVENTOS DIVERSOS	28.502	7.034
026/2019 - SMTUR NATAL ILUMINADO 2019	14	1.760
027/2019 - SMTUR REVEILLON 2020	2.996	-
030/2019 - SMTUR INFRA CARNAVAL 2020	5.691	-
068/2019 - SMC-G CARNAVAL DE RUA 2020	20.649	-
054/2014 - SMS	-	1.579
008/2020 - SMTUR (AUTODROMO)	801	-
001/2018 - SMTUR REPASSE CARNAVAL 2019	-	1.032
002/2019 - SMTUR INFRA CARNAVAL 2019	-	4.669
003/2018 – SMTUR REVEILLON NA PAULISTA	-	144

003/2018 - SGM EV DIVERSOS	-	1.795
006/2019 - SMTUR EVENTOS DIVERSOS	-	27.845
008/2018 - SGM/CASA CIVIL	-	7.850
001/2015 - SMRG	-	95
011/2019 - SMTUR VIRADA CULTURAL 2019	-	9.417
012/2019 - SMTUR PLATUM	-	120
013/2019 - SMTUR CITY TOUR MUN SAO PAULO	-	15
014/2019 - SMTUR LGBT	-	1.722
017/2019 - SMTUR EV DIVERSOS - 2019/2020	-	13.963
002/2018 - SMPED - EVENTOS DIVERSOS	-	153
051/2018 - SMC-G	-	280
065/2018 - SMC-G - BRASIL GUITARRAS	-	88
007/2019 - SMSUB/COGEL	-	9.032
011/2015 - SDTE	-	179
012/2015 - SEME	-	389
120/2018 - SME MOSTRA SEMIN TECN APRENDIZA	-	335
027/2016 - SFMSP	52	62
054/2014 - SMS	3.374	-
085/2018 - SME FEST ESTUDANTIL MÚSICA IPIR	-	98
093/2020 - SMS - HMCAMP ANHEMBI	9.340	-
Hospital de Campanha sem contrato	12.910	-
<b>TOTAL</b>	<b>171.695</b>	<b>91.161</b>

A Companhia atendeu às demandas da Prefeitura do Município de São Paulo, para eventos, direcionados às ações no combate à pandemia. Todos têm valores referenciados em tabelas próprias organizadas pelos poderes públicos.

## 27. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia em 2020 foi de R\$2.172, e no ano de 2019 foi de R\$ 2.085. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal.

## 28. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia.

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 23 de março de 2021, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da Carta de Representação da Administração relativa às presentes demonstrações contábeis.

### **Concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi**

Em 14/01/2021 foi publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a homologação do procedimento licitatório promovido pela CONCORRÊNCIA nº 001/20 e adjudicado o objeto da licitação à empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., tendo sido autorizada a contratação para uso do COMPLEXO ANHEMBI para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração pelo prazo de 30 anos.

Em 05/03/2021, a empresa vencedora da licitação, a GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, efetuou depósito no valor de R\$ 4.478.353,00 a título de adiantamento da primeira parcela, 1/12 do valor da OUTORGA FIXA de R\$ 53.740.236,00, de acordo com a proposta vencedora, mesmo ainda o contrato não tendo sido formalizado.

Outro elemento do preço da Concessão, a outorga variável, tem como base a aferição do percentual de 12,5% sobre a receita da Concessionária, ou um valor mínimo anual de R\$ 10.000 mil.

A transferência da gestão terá duração de 30 dias. Neste período o Concessionário deverá sub-rogar os contratos de eventos e operacionais, receber os currículos de colaboradores, e em 60 dias enviar resposta aos colaboradores cujos currículos foram recebidos e analisados para a finalidade de contratação. Caberá à Companhia, realizar entrega do Complexo Anhembi no prazo determinado e no estado em que se encontra e a desmobilização e a destinação final de bens e equipamentos não relacionados à execução do objeto.

A Concessionária deverá observar todas as determinações legais quanto legislação tributária e trabalhista relacionadas à execução do objeto, publicar suas demonstrações financeiras nos termos que prevê a legislação societária e obedecer aos padrões e às boas práticas de governança corporativa.

Será obrigação da Concessionária o adimplemento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incidente sobre a área da Concessão, sendo que quaisquer divergências no cálculo do valor devido deverão ser tratadas exclusivamente entre a Concessionária e a Secretaria Municipal da Fazenda.

A SPTURIS terá direito a ou uso do Sambódromo até 68 dias por ano para realizar o Carnaval e mais 7 dias para outros eventos.

A execução das obras deverá ser concluída em 48 meses e terão as seguintes diretrizes:

- a) Preservar a vocação do COMPLEXO ANHEMBI como espaço de convenções, exposições e eventos;



- b) Que o COMPLEXO ANHEMBI esteja apto a receber mega eventos internacionais;
- c) Espaço de convenções e exposições com área locável mínima de 24.000m<sup>2</sup> e capacidade para 12.000 pessoas;
- d) Espaço de exposições no mínimo com 74.700m<sup>2</sup>;
- e) Adequação e modernização do Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo – SAMBÓDROMO

Decorrido o prazo da Concessão, retornarão à SPTURIS os bens reversíveis que basicamente são todas as edificações e equipamentos objeto da Concessão e respectivas infraestruturas.

Os autos do respectivo processo licitatório foram disponibilizados aos interessados no site de consulta a processos da Prefeitura do Município de São Paulo, Processo SEI! Nº 7210.2020/0000956-3.

Não temos conhecimento de outros eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de janeiro de 2021 e 23 de março de 2021, além dos que já estão reportados nestas demonstrações contábeis, segundo nosso melhor entendimento.

\*\*\*